

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI Nº 131, DE 2005

Altera a Lei nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – adequando-a ao contraditório e dinamizando as decisões colegiadas.

**Autor:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

**Relator:** Deputado Vadinho Baião

## I - RELATÓRIO

Trata-se de sugestão de projeto de lei enviada pelo **Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL**, com vistas a alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Consta dos autos declaração da secretaria da Comissão de Legislação Participativa, no sentido de que a documentação especificada nas alíneas “a” e “b” do respectivo Regimento Interno, em relação à entidade autora da sugestão, encontra-se regularizada.

O escopo da proposição alvitrada é conferir maiores poderes ao Ministério Público, no que tange à colocação da criança ou do adolescente em família substituta e à expedição de autorizações para viagem, bem como em relação à aplicação das medidas protetivas previstas nos arts. 101 e 129, I a VI, do Estatuto, à aplicação de multas para as infrações administrativas e à decretação, em casos excepcionais, de interdições provisórias, por até cinco dias. Em caso de ato infracional, o órgão do Ministério Público poderá aplicar remissão não privativa de liberdade. As penalidades administrativas também poderão ser aplicadas, no mínimo legal, pelo próprio Ministério Público.

A par disso, são alteradas normas legais atinentes ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar, e é definido crime de responsabilidade do prefeito que deixar de implantar o Conselho Tutelar ou embaraçar o seu funcionamento.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

É meritória a presente iniciativa popular, porquanto calcada no sentimento de aperfeiçoar a legislação concernente à criança e ao adolescente, tornando-a mais ágil.

Nesse sentido, merecem aprovação as sugestões elaboradas para os arts. 135A e 194 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 135A faculta aos municípios menores, aqueles com menos de cinco mil habitantes, dispensar a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (muitas vezes ineficiente, dada a dimensão diminuta daquelas cidades), o qual seria substituído, em suas atribuições, pelo Conselho Tutelar. Com relação à técnica legislativa, o dispositivo deverá ser o art. 136A, onde estará melhor alocado.

Já o art. 194 confere maior destaque ao papel do Ministério Público, como órgão efetivamente mais preparado que é para assumir a iniciativa do procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente. A redação do § 3º, no entanto, deverá fazer menção às pessoas mencionadas no atual *caput* do art. 194 da lei, acrescida da menção a terceiros. Ainda, deverá ser alterada a redação do art. 195, para manter a coerência do texto legal.

No entanto, não parece prudente, com a devida vênia ao ilustre Conselho, autor desta sugestão de projeto de lei, que atribuições graves, como a colocação em família substituta (guarda, tutela ou adoção – art. 28 da lei), a autorização para viajar (art. 83 da lei) e a disciplina ou a autorização para determinadas condutas (art. 149 da lei) saiam do crivo judicial.

No mesmo diapasão, não se afigura recomendável alargar a competência do Ministério Público, prevista no art. 201 da lei, a fim de nela incluir a aplicação das medidas protetivas previstas nos arts. 101 e 129, I a VII, da lei, as quais devem permanecer reservadas às autoridades hoje competentes para tanto, quais sejam, o juiz e o Conselho Tutelar. Quanto a este, não se deve perder de vista que a eleição de seus membros já é fiscalizada pelo Ministério Público.

O mesmo vale para a remissão e para a imposição de penalidades administrativas – esta, pretendida pelo novo art. 258A (art. 197 da lei), as quais devem ser, sempre, apreciadas pela autoridade judiciária.

No pretendido parágrafo único do art. 132 da lei, tratar-se-ia de esmiuçar a maneira pela qual a comunidade local escolhe os membros do Conselho Tutelar: por meio da realização de provas escritas, para as quais se exigiria um preparo mínimo dos postulantes, ou por intermédio de eleição indireta realizada pela Câmara municipal. Além de não se revestir de caráter democrático, esta disposição chocar-se-ia com o disposto no art. 139 do Estatuto, o qual remete a matéria à lei municipal.

Finalmente, o pretendido art. 244B é despiciendo, haja vista que o Decreto-Lei nº 201/67 (Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências), em seu art. 1º, XIV, determina ser crime de responsabilidade do prefeito negar execução a lei municipal. E, de acordo com o art. 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é a lei municipal que deve dispor sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros; devendo, ainda, constar da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento.

Assim, o voto é pela aprovação da Sugestão de Projeto de Lei nº 131, de 2005, apresentando-se, em anexo, a proposição que deverá tramitar na Câmara dos Deputados, nos termos do art. 6º do Regulamento Interno desta Comissão.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado VADINHO BAIÃO  
Relator

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2006**  
**(Da Comissão de Legislação Participativa)**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no que se refere ao Conselho Tutelar e à apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 136A:

“Art. 136A. Nos municípios com menos de cinco mil habitantes, é facultativa a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujas atribuições serão exercidas pelos respectivos Conselhos Tutelares.”

Art. 3º Os arts. 194 e 195 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 194. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público.

§ 1º As notícias de infração oriundas do Conselho Tutelar, ou de auto elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se

possível, ou oriundas de terceiros, serão encaminhadas ao Ministério Público para as providências cabíveis.

§ 2º No procedimento iniciado com o auto de infração, poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 3º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, certificando-se, em caso contrário, dos motivos do retardamento.

§ 4º Os voluntários credenciados serão nomeados, anualmente, pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público, dentre pessoas de ilibada conduta, com mais de vinte e cinco anos de idade e com conhecimento na área (NR).”

“Art. 195. O requerido terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I - por oficial de justiça ou funcionário legalmente habilitado, que entregará cópia da representação ao requerido, ou a seu representante legal, lavrando certidão;

III - por via postal, com aviso de recebimento, se não for encontrado o requerido ou seu representante legal;

IV - por edital, com prazo de trinta dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do requerido ou de seu representante legal (NR).”

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de sugestão de projeto de lei enviada pelo **Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL**, com vistas a alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 136A faculta aos municípios menores, aqueles com menos de cinco mil habitantes, dispensar a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (muitas vezes ineficiente, dada a

dimensão diminuta daquelas cidades), o qual seria substituído, em suas atribuições, pelo Conselho Tutelar.

Já o art. 194 confere maior destaque ao papel do Ministério Público, como órgão efetivamente mais preparado que é para assumir a iniciativa do procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente. Como corolário, é alterado o art. 195.

Contamos com o endosso dos ilustres Pares para a conversão deste Projeto de Lei em norma jurídica.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2006.

Deputado VADINHO BAIÃO